

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
RONDÔNIA

CENTRO INTERDISCIPLINAR  
DE ESTUDO E PESQUISA DO  
IMAGINÁRIO SOCIAL



REVISTA LABIRINTO  
ANO XVI  
VOLUME 25  
(JUL-DEZ)  
2016  
PP. 303-322.

***ALEXANDRE HERCULANO E O MITO DA NACIONALIDADE EM PORTUGAL: UM  
RESGATE DA HISTÓRIA DO POVO NO ROMANCE HISTÓRICO EURICO, O  
PRESBÍTERO***

ALEXANDRE HERCULANO AND NATIONALITY MITH IN PORTUGAL: A RESCUE OF THE  
PEOPLE'S HISTORY IN THE HISTORICAL NOVEL OF EURICO, O PRESBITERO

MA. CRISTIANE MARIA PAIVA DE MELO

Professora particular de Língua Inglesa e Língua Portuguesa  
c.paivademelo@gmail.com

DRA. ELAINE CRISTINA PRADO DOS SANTOS

Coordenadora do curso de Letras na Universidade Presbiteriana Mackenzie  
elainecristina.santos@mackenzie.br

**RESUMO:**

Novos autores, novos romances e novos pensamentos podem fazer com que os romances do século XIX pareçam ultrapassados. Entretanto, ao falarmos de História, entendemos que este tema é completamente atemporal, estando presente em forma oral ou retratada em pinturas desde o início dos tempos, da criação do Universo até o momento presente. Este artigo visa contribuir para os mais diversos caminhos que a História e a Literatura podem ter, para as mais variadas formas que o herói pode ser representado e qual é a sua ligação com o leitor desta obra. Em nossa pesquisa, buscamos compreender a importância da obra Eurico, o presbítero de Alexandre Herculano na modernidade e quais caminhos levaram o autor para compor um livro que contasse a luta de um povo pela liberdade de sua nação. Para isso, buscamos além de obras de crítica literária, fontes históricas do próprio criador da obra em seus Opúsculos e na sua História de Portugal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Eurico. Romantismo. Herculano. Nacionalidade. História.

**ABSTRACT**

New authors, new novels and new thoughts can make the novels of the nineteenth century seem outdated. However, when we talk about history, we understand that this issue is completely timeless, present in the form of oral or depicted in paintings from the beginning of time, the universe 's creation to the present time. This article aims to contribute to the various ways that history and literature may have, for the most varied forms that the hero can be represented and what is your connection with the reader of this work. In our research, we understand the importance of Eurico work, the elder Alexandre Herculano in modernity and which paths led the author to write a book to tell the struggle of a people for freedom of their nation. For this, we look beyond literary criticism works, historical sources of its own creator of the work in their Booklets and its history of Portugal.

**KEYWORDS:** Eurico. Romanticism. Herculano. Nationality. History.

Este artigo é parte dos meus estudos e pesquisas realizadas no Mestrado em Letras, o qual defendi em agosto de 2016 na Universidade Presbiteriana Mackenzie em São Paulo sob orientação da Profa Dra. Elaine Cristina Prado dos Santos. O corpus do trabalho original foi sobre uma leitura do mito da nacionalidade em Eurico, o presbítero e para tanto, um estudo da história de Portugal fazia-se extremamente necessário, uma vez que o mito conta uma história real, retrata um momento da História que faz parte de um povo em específico ou faz parte de toda uma civilização. O objetivo deste artigo é fazer uso de minha pesquisa para apresentar ao leitor uma visão nacionalista histórica do povo de Portugal narrada por Herculano em seu romance histórico Eurico, o presbítero.

A obra *Eurico, o presbítero* foi primeiramente apresentada ao público leitor entre 1842-43 nos folhetins da *Revista Universal Lisbonense*, dirigida por Antonio Feliciano de Castilho. Em 1844, foi compilada e teve sua primeira edição, abrindo novas portas para o movimento romântico em Portugal. A narrativa versa sobre um cavaleiro godo, que, ao ver seu amor rejeitado pela jovem Hermengarda, entrega-se ao celibato católico, tornando-se o presbítero de Carteia. Do ex-soldado da corte de Vítiza que ele havia sido não se ouve mais falar, até que rumores das invasões árabes na Península tornam-se cada vez mais próximos, e ele, Eurico, vê-se na obrigação, pelo amor de sua pátria, de juntar-se aos combatentes e lutar pela liberdade de seu povo e de seu território. Apenas um fato impede Eurico de lutar na batalha do Crissus contra os sarracenos: sua identidade. Por fazer parte do clero, o herói não tem permissão para lutar na guerra; dessa forma, surge um misterioso cavaleiro: com suas vestes todas negras e que carrega consigo o franquisque, arma típica do exército godo. Entretanto, o cavaleiro e jovem presbítero não contava com uma fatalidade de seu destino: o

reencontro com Hermengarda na Caverna de Covadonga. Seu resgate dramático traz à tona um sentimento que há muito tempo fora enterrado, e Eurico vê-se numa encruzilhada. Ele teria de escolher entre o amor de mulher e o amor pela pátria. Nesse momento, instaura-se o clímax e o desfecho do romance. Por sua honra, Eurico escolhe a morte na batalha; para ele, é preferível morrer pela pátria a desonrar os votos feitos junto à Igreja. A pobre Hermengarda enlouquece (HERCULANO, 1968, p. 230).

Este é o enredo de *Eurico o presbítero*, a primeira obra do gênero romance histórico escrita em Portugal. Trazida a público no período da segunda geração do Romantismo, a obra traz um herói e uma heroína construídos nos moldes românticos e o mais importante: a questão da nacionalidade em Portugal. Alexandre Herculano, poeta, historiador, jornalista e político, é, junto com Almeida Garrett, um dos fundadores do Romantismo em Portugal, influenciado pelos textos e pensamentos de Walter Scott, Herculano quer para Portugal a liberdade que tem a Inglaterra. Como afirma Chaves (1979) escritor escocês Walter

Scott apresenta a nação britânica como uma sociedade histórica desenvolvendo-se a partir de aventuras estrangeiras e intensos conflitos domésticos, até tornar-se o Estado estabelecido, capaz de resistir a conturbações internas e externas.

Em Portugal, Almeida Garrett e Alexandre Herculano fixam o mito de origem da nação lusitana em meio a tensões políticas: o retorno do Imperador ao seu território de origem (após ameaça de perder o trono para Dom Miguel, a corte portuguesa deixa o Brasil e volta a Portugal), as disputas pelo poder e as revoluções liberais que assolam o território e colocam o país em xeque, levando intelectuais, entre os quais Alexandre Herculano, a buscarem refúgio no estrangeiro. Durante o tempo que passou na Inglaterra, Herculano percebera o atraso social de Portugal e entendera que, em seu retorno à pátria, lutaria pelo resgate da nacionalidade portuguesa, de forma tal que esse sentimento de pertencimento fosse sentido por todos aqueles

que lutassem pela independência do país contra os abusos do regime. Ele escreve em um dos seus Opúsculos:

Nós, pois, convidamos todos aqueles que compreendem a importância e necessidade de semelhantes matérias para que venham inserir algumas páginas avulsas, alguns capítulos soltos dos seus estudos históricos nesta série que hoje abrimos: para nós e para os outros o requeremos; mas sobretudo o pedimos em nome das esperanças que despontam de uma arte nacional (HERCULANO, 1884, p.17 apud SILVA, 1964, p.19)<sup>1</sup>.

Herculano conclama todo aquele que estiver disposto a contribuir com a montagem do quebra-cabeça que é a história de Portugal. Segundo o autor, para que se possa contar a história de uma nação, é preciso autenticidade, por isso ele pede a todos

os que tiverem um documento, mesmo que este seja uma folha avulsa ou um capítulo solto que se dedique à verdade.

Sabemos que o conceito de nação é relativamente recente e remonta ao século XVIII, na Europa. O Romantismo, na segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX, por suas características intrínsecas, acolheu a missão de construir as identidades nacionais das nações emergentes, tanto na Europa quanto, mais tarde, nos processos de independência das colônias americanas. A razão mais relevante para tal acolhimento é o fato de o Romantismo eleger a emoção, em detrimento do intelecto e da razão, como principal fundamento da natureza e da experiência humana. Ao propor a separação entre corpo e mente e consolidar a ideia de que as emoções são naturais e vivem no corpo, e o intelecto vem da civilização e existe na mente, o movimento romântico elegeu a experiência afetiva como fonte de sabedoria, da autenticidade e da criatividade. Essas condições permitiram que o culto da

natureza e a importância da paisagem possibilitassem erigir a figura do herói nacional, personagem quase sempre modelar e arquetípico, simbolizando a perfeita harmonia entre a natureza e o homem idealizado.

A Literatura, fazendo uso da ficção, estabeleceu o princípio de uma identidade nacional unitária e ontológica porque era fixa e centralizadora e encontrou a forma adequada principalmente no modelo monológico<sup>2</sup> do romance romântico, uma vez que, nele, o nacional configurava-se como uma série de valores organizados em torno da figura do herói pátrio, centralizador e em harmonia com o cenário, o espaço e a paisagem. Contudo, de uma forma geral, é de extrema importância ressaltar que o nacionalismo literário alimentado pela identidade nacional só adquire vitalidade à proporção que evolui constantemente. Esta é a principal razão de sua formulação no interior do sistema literário; ainda que ele se propague constantemente para outras áreas do conhecimento e

da sociedade, o historiador e crítico literário José Veríssimo (1981, p.33) defende que a literatura “só existe pelas obras que vivem, pelo livro lido, de valor efetivo e permanente e não momentâneo e contingente”, sendo que a história da literatura deve ser a da “literatura viva”.

A história da nossa atividade literária sobrevive na nossa memória coletiva de nação. Como não cabem nela os nomes que não logram viver além do seu tempo também não cabem nomes que, por mais ilustres que regionalmente sejam, não conseguirem, ultrapassando as raias das suas províncias, fazerem-se nacionais. (VERÍSSIMO, 1981, p. 33)

Tematizando o passado remoto e misterioso, o movimento romântico criava um terreno fértil para o florescimento das mitologias nacionais, ou seja, um entendimento de nação global, que ligasse as camadas inferiores da sociedade portuguesa (o populacho, como o próprio autor chama o povo e a burguesia não instruída) e assim pudessem

lutar contra o Absolutismo Miguelista. Além de todas as habilidades já mencionadas, Herculano era, ainda por gosto, grande pesquisador e, trabalhando e estudando documentos históricos, sentiu a necessidade de criar uma obra que unisse o passado medieval (início da constituição do povo português) ao momento decadente de sua sociedade contemporânea com os problemas que a sociedade portuguesa enfrentava com o regime ditatorial; assim, “o seu critério de historiador da nação portuguesa fa-lo-ia investigador da comunidade peninsular cimentada pelo cristianismo” (NEMÉSIO, 1968, p. 20<sup>3</sup>). Herculano une, então, história e ficção, criando uma das maiores obras literárias de seu século.

Dentro da literatura portuguesa, a história de Portugal como nação foi primeiramente descrita em *O Bobo*, de 1843, romance criado um ano antes de *Eurico*, contando o início do reinado de Leão e Castela. Na introdução desta obra, Herculano já adverte que “a ideia de nação e de pátria não existia para os

homens de então do mesmo modo que existe para nós” (HERCULANO, 1843 apud SILVA, 1964, p. 27)<sup>4</sup>; entendemos, assim, que o que havia acontecido antes da formação dos reinos de Portugal também era de suma importância para o entendimento dos acontecimentos políticos do século XIX. Todo o processo social deveria ser resgatado, ressaltando nitidamente a importância da ideia de nação, e um romance como Eurico, poderia descrever os acontecimentos de um passado perdido no tempo e na memória da sociedade moderna.

Eurico, o presbítero além de obra literária, se apresenta como uma obra atemporal, pois Herculano (1853) preocupa-se em situar o leitor de sua época e talvez os futuros, histórica e geograficamente. Para entender o presente deve-se voltar ao passado, aos remotos tempos das invasões germânicas e suas ligações com o império romano, à época um império dominador. Todo esse percurso é descrito na Obra de forma que o leitor aprenda como as conquistas e derrotas aconteceram e

qual é o impacto desta história no Portugal de Herculano. Para se entender um povo, é preciso mais que conhecer os indivíduos, é preciso conhecer a nação como um todo, como diz o próprio autor:

Averiguar qual foi a existência das gerações que passaram, eis o mister da História. O seu fim é a verdade. Onde o autor errou involuntariamente é condenável o livro; onde pretendeu iludir os que o lêem, a condenação deve cair sobre o livro e conjuntamente sobre o auctor.[...] É o interesse da ciência que o exige. (HERCULANO, 1853).

Assim, a leitura da Obra de Herculano demanda do leitor o conhecimento da história das origens de Portugal a fim de que ele possa compreender como se processou a construção do mito da nacionalidade portuguesa. De acordo com Saraiva (2011, p.58) não se sabe ao certo quando Portugal conseguiu sua independência, e sim que esta foi sendo forjada ao longo de um processo que se desdobra em várias etapas, das quais as mais

importantes teriam sido a revolta de Afonso Henriques e a conquista do governo novo, em 1128, e por último, a bula papal de 1179, com o reconhecimento da nova Monarquia, pela Santa Sé. Entretanto, com o fim da Idade Média, o nascimento da Renascença, novas ideias, pensamentos filosóficos e políticos passaram a interessar as sociedades europeias, e no século XVIII surgiram novos movimentos. O mais influente deles, Iluminismo francês, levanta a questão de que o homem está no centro no Universo. Os pensadores que defendiam estes ideais, entre os mais influentes Rousseau, Lock e Adam Smith, acreditavam que o pensamento racional deveria ser levado adiante, substituindo as crenças religiosas e o misticismo, que, segundo eles, bloqueavam a evolução do homem. O homem deveria ser o centro e passar a buscar respostas para as questões que, até então, eram justificadas somente pela fé. Além disso, eram contra o Absolutismo e a favor do liberalismo econômico, contexto em que o estado deveria dar liberdade econômica e política para grupos particulares. Desta forma, os burgueses foram os principais interessados nesta filosofia, pois, apesar do

dinheiro que possuíam, não tinham poder comercial devido a sua baixa participação política. Naquele período, o Antigo Regime ainda vigorava na França, constituindo uma forma de governo em que o rei detinha todos os poderes. Outra forma de impedimento aos burgueses eram as práticas mercantilistas, pelas quais o governo interferia ainda nas questões econômicas.

O Romantismo, como fenômeno histórico, traça para si o fator que irá defini-lo como movimento artístico e como visão de mundo: a tarefa de crítico dos aspectos negativos do capitalismo industrial e do conjunto de valores sociais e morais defendidos pela burguesia. No bojo dessas ideias, podemos citar o posicionamento de Saraiva e Lopes em acordo com a questão defendida. Para eles, o individualismo ou subjetivismo romântico estava ligado a uma “reação a formas novas de envelhecimento humano, e até paisagísticos, acarretadas pela onipotência do dinheiro, agora sem entraves às suas funções capitalistas, e pela revolução industrial da máquina a vapor alimentada a carvão” (SARAIVA; LOPES, 1973, p. 728).



Aqui, em outras palavras, o autor coloca a valorização do eu, tema recorrente no Romantismo, como medida crítica à mediocridade humana gerada e alimentada pelo capitalismo industrial. Assim como Saraiva e Lopes, também Arnold Hauser (1995) identifica no Romantismo uma crítica à nova ordem burguesa, a partir da perda de referenciais políticos, sociais e econômicos. Reportando-se às consequências da Revolução Industrial, este autor afirma:

A Idade Média, com todos os seus vestígios, seu espírito corporativo, suas formas particulares de vida, seus métodos irracionais e tradicionais de produção, desaparece de uma vez para sempre, dando lugar a uma organização do trabalho baseada exclusivamente em razões de oportunidade e cálculo, aliadas a um espírito de implacável individualismo competitivo [...]. Artesãos, ganha-dinheiros, camponeses sem terra, operários especializados e mão-de-obra não qualificada, homens, mulheres e crianças, todos se convertem em meros braços de uma enorme fábrica que funciona mecanicamente nos moldes de um quartel. A vida perde sua estabilidade e continuidade, todas as suas formas e instituições são deslocadas e se encontram em permanente câmbio (HAUSER, 1995, p. 553 - 554).

Segundo Hauser (1995), essas mudanças estruturais da sociedade provocaram na sensibilidade romântica um “protesto contra a mecanização” e uma crítica à “despersonalização da vida relacionados com uma economia deixada à rédea larga”, aliada a uma “profunda melancolia que se apodera das almas” e o “anseio de um mundo longínquo e desconhecido, distante do presente”. A realidade histórica vivida pelos românticos se estabelecia por uma descaracterização das relações humanas e por novos horizontes políticos indefinidos, que ora vigoravam cheios de problemas e causadores de novos males sociais, ora como lugares privilegiados para utopias sociais. Afirmando essa ideia, o Romantismo formou-se como elemento de revolta relacionado a um sentimento de frustração diante do progresso material e econômico promovido pelos avanços industriais e como consequência dos rumos da Revolução Francesa, marcados pelo período do Terror e da dominação napoleônica na Europa, que causaram adesão por parte de alguns românticos e repulsa por parte de outros.

Estava-se então numa época em que o interesse pela História constituía não só o fundo da cultura, mas também um dos mais vastos e ricos recursos ao divertimento dos espíritos. Em quase todas as épocas da história se verifica a criação da sua utopia própria, geralmente prospectiva. A utopia romântica teve a particularidade de se projetar sobre o passado, de ser uma utopia retrospectiva. Toda a utopia se cria como uma compensação das realidades presentes; os românticos, porém, antes de a visionarem no futuro, fizeram-na transitar pelo passado, e esse foi o toque de genialidade de Walter Scott e a verdadeira causa da quase universal aceitação da sua obra (CHAVES, 1979, p. 27).

É nesse contexto que nasce Herculano. Nasce em Lisboa, em 1810 e, já em 1831, adverso ao absolutismo de D. Miguel, é obrigado a exilar-se na Inglaterra e na França. Nessa época, toma contato com Thierry, Guisot e Victor Hugo. Em 1832, regressa a Portugal na expedição liberal de D. Pedro, desembarcando no Mindelo. Após a volta do exílio e o fim da guerra civil, dedicou-se ao trabalho de bibliotecário, de

jornalista e de escritor, assumindo uma posição de destaque dentro do pensamento romântico de Portugal e como figura pública. Os românticos liberais, Garrett e Herculano, pensaram caminhos e alternativas para superar o atraso cultural de Portugal. Herculano, através de uma ampla produção de artigos, romances históricos e obras historiográficas, que começaram a ser escritos mais sistematicamente após sua experiência como exilado e soldado de D. Pedro IV, passou a refletir sobre a condição histórica da sociedade portuguesa e a revelar, o que para ele, eram os males dessa desgastada sociedade.

Trabalha na Biblioteca do Porto e, em 1837, assume a direção e redação de O Panorama. Em 1839 é nomeado Diretor das Bibliotecas Reais das Necessidades e da Ajuda. Em termos de política ativa, em 1840, é eleito deputado cartista<sup>5</sup> mas, desiludido, abandona a atividade parlamentar. Ao longo dessa década, Herculano firma a sua obra de historiador e escritor (SARAIVA; LOPES, 1973, p.786). Entre os anos de 1834 e 1844 realiza a parte mais considerável de sua obra literária, publicando: o Bobo (1843); o Eurico e o Pároco da Aldeia

(1844); as Cartas sobre a História de Portugal (publicadas na Revista Universal Lisbonense em 1843); os Apontamentos para a História dos Bens da Coroa e Forais (1843-44), que constituem já uma preparação para a História de Portugal, cujo primeiro volume sai em 1846, o segundo volume em 1847 e o terceiro em 1850. Em 1866 casa-se com uma senhora que amou desde a mocidade, retira-se da vida pública e, em sua Quinta em Santarém, vem a falecer em 1877.

Em 1834, como o autor romântico fizera no Repositório Literário a sua profissão de fé romântica:

Diremos somente que somos românticos, querendo que os portugueses voltem a uma literatura sua, sem contudo deixar de admirar os monumentos da grega e da romana: que amem a pátria mesmo em poesia; que aproveitem os nossos tempos históricos, os quais o Cristianismo, com sua doçura, e com seu entusiasmo, e o carácter generoso e valente desses homens livres do norte, que esmagaram o vil império de Constantino, tornaram mais ledos que os dos antigos: que desterrem de seus cantos esses numes dos gregos, agradáveis para eles, mas ridículos para nós e as mais das vezes inarmónicos com as nossas ideias morais; que os substituam por religião, pela filosofia, e pela

moral na lírica. Isto queremos nós e neste sentido somos românticos (HERCULANO, 1835, p. 69).

Mas, enquanto Herculano se adestrava na novela histórica, publicando em O Panorama e no Repositório as suas primeiras tentativas no gênero, sucediam-se as traduções em língua portuguesa das novelas do Walter Scott; de 1836 a 1838 pelo menos treze traduções. Nas revistas e jornais literários de então, eram frequentes os artigos sobre o romancista escocês e as dissertações acerca do gênero por ele criado (CHAVES, 1979, p. 13-14).

Como jornalista, Alexandre Herculano começa a publicar seus textos críticos na revista O Panorama (1837) e, mais tarde, na Revista Universal Lisbonense (1842). Nesses meios de comunicação, Herculano expressava sua indignação contra o governo regente, contra o clero e difundia, por meio de seus poemas e romances, sua opinião sobre os acontecimentos da época. Era uma oportunidade de se fazer ouvir e ultrapassar as possibilidades de pregadores religiosos, uma vez que a

burguesia da primeira metade do século XIX está interessada em seu próprio destino individual. Além de jornalista, no período em que trabalhou sob a direção de O Panorama, Alexandre Herculano criou um plano de educação para o povo português, que, como já mencionamos, estava atrasado intelectualmente se comparado aos outros países vizinhos - deste modo, vemos que há ainda mais uma faceta de nosso autor, a de educador. No artigo “Da Instrução das Classes Laboriosas”, publicado no Tomo II dos Opúsculos<sup>6</sup>, a identificação é evidente: “entendemos por educação e instrução popular a cultivação do espírito, e não o ensino das artes fabris a que muita gente dá aquele nome” (HERCULANO, 1858, p. 315). E, no Panorama, Herculano não só preparava o público para o novo gênero de novela como também acumulava informações eruditas para ilustração dos futuros romancistas, seja sobre a arquitetura gótica, situação das diversas classes sociais na Idade Média, antigos foros e costumes, milícia, monumentos, cronistas portugueses etc (CHAVES, 1979, p.16).

A atuação política dos dois grandes expoentes da primeira geração romântica de Portugal estava aliada a um intenso trabalho intelectual que pensava os problemas da nação, composto de reflexões que giravam em torno de questões culturais, sociais (pedagógicas), políticas e econômicas. O Panorama foi o tubo de ensaio do romance histórico em Portugal. Alexandre Herculano publicou, de 1837 a 1844, as seguintes obras: A Abóbada, O Cronista, Arras por Foro de Espanha, O Bobo, A Dama Pé-de-Cabra, a Pedra de Arzila e o Monge de Cister.

Esse aspecto de conjunto da obra de Herculano revela uma unidade de temas literários filosóficos e opiniões, presentes tanto na obra literária e histórica quanto na jornalística, reunida, posteriormente, nos Opúsculos. Os Opúsculos eram textos relativamente curtos publicados em revistas, muitos deles publicados na Revista Universal Lisbonense e geralmente tinham alguma finalidade de interesse público. Os temas principais dos textos eram sobre Literatura, Questões públicas e

as Controvérsias e Estudos Históricos. Foi nesta revista que Herculano escreveu seu primeiro fragmento sobre o Eurico:

Os capítulos que aqui vão estampados pertencem a um episódio da conquista da Espanha pelos árabes, intitulado: *Eurico, o presbytero* ou *O último Poeta Godo*. Episódio que pela sua extensão não seria possível publicar por inteiro, em uma obra periódica. O *Presbytero* é a primeira de uma coleção de crônicas, que sob o título de *Monasticon* começará a sair à luz no próximo ano. Os presentes capítulos tendo por objetivo o importante sucesso que pôs nas mãos dos árabes a sorte da Espanha, não carecem para serem entendidos da publicação dos antecedentes e posteriores. Servirá este fragmento de “Specimen” ou amostra da *Crônica Poética*, bem como o fragmento do *Monge de Cister*, publicado já em outro jornal, e pertencente a esta mesma coleção, o foi da *Crônica Histórica*. Não seja a hospedagem dos leitores menos agasalhada para este pobre peregrino do que concedida a seu irmão mais velho, e ficarei contente. Vai como ele, mal trajado e pouco polido. Começou a sua peregrinação mais cedo do que eu queria: Deus, se lhe aprouver, que o guarde de apupar do público (Herculano,<sup>7</sup> RUL, 1843, p.7).

Esta era a primeira publicação sobre Eurico aos leitores da Revista Universal Lisbonense. Se observarmos a escrita de Herculano, podemos perceber que a sua intenção não é de apenas mostrar ao leitor o movimento romântico latente no período e sim, de ensinar um período da história de Portugal que estava esquecido pelo povo. Herculano tem um objetivo: criar uma coleção de crônicas que, como uma cartilha, conte os fatos históricos de seu povo para seu povo. Entretanto, sendo ele pessoa humilde, apesar de seu vasto conhecimento histórico e arqueológico, pede ao público que entenda a falta de polidez dos primeiros textos e acreditamos que, com sua intenção de criar uma coleção, revisaria os textos outras vezes antes de se tornarem obras completas.

O pensamento ético-estético de Herculano está fragmentado em diversas obras, mas é em seus artigos “Qual é o estado da nossa literatura? Qual é o trilho que ela hoje deve seguir?” (HERCULANO, 1835, p, 23-25), e “Poesia (Imitação – Bello – Unidade)”, ambos de 1835, que ele deixou esboçadas, com mais detalhes, suas principais ideias acerca do papel e dos

significados da arte e da literatura românticas dentro da sociedade. Nesses artigos, Herculano destaca a “decadência cultural” portuguesa, a importância de se construir uma literatura nacional, da necessidade de estabelecer um diálogo com outras literaturas, principalmente com a alemã, e do papel “sagrado” do poeta. Ou seja, Herculano defende concepções e conceitos da teoria literária romântica, e nessa crítica lembra as observações de Garrett no “Bosquejo da História da Poesia e Língua Portuguesa”, mas vai além, quando se classifica como romântico. Contra a pura imitação do gosto clássico, Herculano argumenta:

mas, ou o belo, objeto da poesia, seja inteiramente resultado das relações das nossas faculdades intelectuais entre si, ou das destas faculdades com o mundo objetivo, ou, finalmente, resida neste, é sempre a alma do homem quem o sente e goza (HERCULANO, 1835, p. 25).

Dentro desse artigo, e nos demais escritos de Herculano, a figura do “gênio”, como homem sensível que capta a “beleza” transcendental e a configura na obra de arte, ganha importante relevo. O “gênio”, além do papel de “tradutor do transcendente”, ficaria responsável por captar o “espírito” ou, também chamado de a verdadeira “índole” de seu povo, e revelá-lo aos demais, porém, nada disso será possível, se o autor não tiver liberdade de criação:

O gênio, impelido a produzir em meio a ideias vagas e controvertidas sobre as formas, as condições da poesia, julga que todas elas são indiferentes e desvairado se empenha; o engenho, dominado pelos preceitos que muitos séculos por assim dizer, santificado, contrafaz e apouca as suas produções temendo cair naquilo que joga monstruoso e absurdo. Tal é a literatura: e enquanto se não estabelecer um corpo de doutrina que, afirmando a liberdade do poeta, o circunscreva aos limites da razão, a república das letras similará as associações políticas no meio de uma revolução espontânea, onde o despotismo extremo e a extrema licença, os terrores e as esperanças, a felicidade e a desventura, se cruzam, se arruinam e se aniquilam no meio de uma confusão espantosa (HERCULANO, 1835, p.23-24).

Outro Opúsculo de nosso interesse, e por ter teor histórico se destaca, é o Tomo III (Controvérsias e estudos históricos). Nele, além de outros artigos e cartas, Herculano publica os textos “Considerações pacíficas – eu e o Clero”, no qual o autor rebate críticas da Igreja sobre a sua falta de crença na lenda da batalha de Ourique, quando Jesus Cristo teria aparecido e ajudado os portugueses a vencer os muçulmanos na Península. Na carta destinada ao Patriarca de Lisboa (Sr. A. L. Magessi Tavares), Alexandre Herculano deixa clara sua posição como historiador e a importância de que o povo saiba a verdade sobre os fatos históricos:

Um egresso fanático e ignorante (como o são centenas de sacerdotes no meio do nosso clero, que não recebe há muitos anos nem educação moral, nem educação literária) cubriu-me de injúrias diante de um concurso numeroso segundo me informaram, porque no meu livro<sup>8</sup> usara o direito de historiador, qualificando devidamente essas inteligências vastas e enérgicas, mas corruptas, violentas e cobiçosas que cingiram a tiara papal (...) A afirmativa de que no volume 51 da *Symmitica Lusitana* se encontra translada uma cópia do instrumento da aparição, coeva de Affonso I, É MENTIRA. O

texto de S. Bernardo, relativo à mesma aparição que se encontra inserido no Breviário, no Offício das Chagas, É FALSO. Se algum dos reverendos cirzidores sabe latim (é lícito duvidar disso com a Igreja, que manifestou a sua hesitação a este respeito mandando acentuar as palavras dos livros rituais com temor das sílabas) que venha à Biblioteca Real, e aí, no volume 51 da *Symmitica* à página 128, lerá ou soletrará as seguintes palavras escritas em língua latina... (HERCULANO, 1856, p. 6; 31-32).

Outro artigo de conteúdo histórico é “O estado das classes servas na Península desde o século VIII até o XII”, de 1858. Este artigo tem para nós importância, pois, além de ser um texto de documentação histórica, Herculano (1858) contextualiza o momento vivido pelos habitantes da Península à época da ação narrada em Eurico, o presbítero. Já nesse período de sua vida, Herculano afirma ter perdido o gosto pela busca de documentos: “escrever hoje para mim, é o mesmo que ser vereador, jurado ou membro de destrito (sic): é um encargo e mais nada” (HERCULANO, 1858, p. 241), entretanto, de acordo com o autor em conversa com um senhor que conhecera

na Espanha, surge em Herculano um desejo de buscar respostas sobre a vida daqueles que viviam naquele tempo:

Os documentos invocados pelo senhor Muñoz e as suas ponderações, e bem assim os documentos que eu citei e as conclusões que deles deduzi estão ao alcance dos homens de letras da Península que se dedicam aos trabalhos históricos e aos arquivos de Portugal e de Espanha encerram centenaes de outros monumentos ainda não estudados, que poderiam lançar nova luz o assunto (HERCULANO, 1858, p. 242).

Ao longo do texto, Herculano introduz novas informações acerca desta parte da história de Portugal, que, aparentemente, segundo o autor, não é muito estudada pelos historiadores da época:

O tributo e o exercício das altas funções da administração do Estado é que mudam. Nas províncias meridionais da Espanha fica, até, por algum tempo, um simulacro do império gótico, o reino de Theodomiro, tributário, mas livre, que incorpora obscuramente depois dos domínios do khalifa. No meu livro<sup>9</sup>, busquei desenhar com fidelidade essa nova situação; dar aos sucessos o seu verdadeiro valor, estribando-

me nos monumentos coevos, e fazer sobressair a população mosárabe (godo-romana), tão esquecida em geral pelos historiadores (HERCULANO, 1858, p. 246).

Assim como as histórias coletadas no livro *Lendas e Narrativas*, de 1851, Herculano desenvolveu um amplo panorama de reflexões estéticas e históricas com seus inúmeros personagens. Os principais temas românticos do “gênio”, do sacrifício e da permanente presença do “absoluto” no devir histórico foram reconfigurados por Herculano na sua proposta histórica romântica dentro de suas narrativas históricas. “As principais personagens dos romances de Herculano são como que encarnações, dotadas de forças sobre-humanas, anjos ou demônios, consagrados a uma obra de maldição ou de santificação” (SARAIVA; LOPES, 1973, p. 793). As obras de “maldição” ou de “santificação” promovidas pelos personagens de Herculano são frutos de intempestivas paixões, como vingança e amor. Desse modo, assumindo uma postura apaixonada diante do mundo, estes personagens deixam de ser simples homens e passam a ser instrumentos do devir histórico.



Concluimos então que a leitura da Obra de Herculano demanda do leitor o conhecimento da história das origens de Portugal a fim de que ele possa compreender como se processou a construção do mito da nacionalidade portuguesa. De acordo com Saraiva (2011) não se sabe ao certo quando Portugal conseguiu sua independência, e sim que esta foi sendo forjada ao longo de um processo que se desdobra em várias etapas, das quais as mais importantes teriam sido a revolta de Afonso Henriques e a conquista do governo novo, em 1128, e por último, a bula papal de 1179, com o reconhecimento da nova Monarquia, pela Santa Sé. Entretanto, com o fim da Idade Média, o nascimento da Renascença, novas ideias, pensamentos filosóficos e políticos passaram a interessar as sociedades europeias, e no século XVIII surgiram novos movimentos, desta forma, percebemos que o Romantismo português logo no seu início se anunciou como reator da tradição, restaurador da genuinidade dos costumes nacionais e das instituições positivas e exequíveis em que se havia de alicerçar a liberdade. Embora não o fosse expressamente confessado, impunha-se que o

Romantismo fosse a literatura da classe burguesa, porque, também para os nossos primeiros românticos, a literatura havia de ser integrada socialmente. E Herculano, tanto ou mais do que Garrett, assim o concebia. O movimento romântico em Portugal havia de ser uma arte populista e nacional, em oposição ao classicismo como arte peregrina ao serviço do absolutismo monárquico, porque o povo era “o grande poeta de todos, o grande guardador de tradições” (GARRETT, 1846, p.546). Por isso se impôs aos nossos primeiros românticos a descoberta das tradições que se propunham reatar e desenvolver o conhecimento histórico de seu povo sobre sua nação.

#### REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. Trad. Aurora F. Bernardini, José P. Júnior, Augusto Góes Júnior, Helena S. Nazário, Homero F. de Andrade. São Paulo: Hucitec, 2002.

CHAVES, Castelo Branco. **O romance histórico no Romantismo português**. Lisboa: Bertrand, 1979. (Coleção Biblioteca Breve).

GARRETT, Almeida. Viagens na minha terra. **Revista Universal Lisbonense**, Lisboa, tomo V, p. 545-550, 1846. Parte Literária.

HAUSER, Arnold. **História social da Arte e da Literatura**. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

HERCULANO, Alexandre. **Eurico, o presbítero**. 2. ed. São Paulo: Livraria Bertrand, 1968.

\_\_\_\_\_. Alexandre. Questões Públicas., Lisboa, Tomo VII 1853. Opúsculos.

\_\_\_\_\_. Alexandre. Questões Públicas. **Revista Universal Lisbonense**, Lisboa, Tomo II, 1858. Opúsculos.

\_\_\_\_\_. Alexandre. Literatura. **Revista Universal Lisbonense**, Lisboa, 1843.

\_\_\_\_\_. Literatura. **Revista Universal Lisbonense**, Lisboa, Tomo IX, 1835. Opúsculos.

NEMÉSIO, Vitorino. Prefácio. In: HERCULANO, Alexandre. **Eurico, o presbítero**. 2. ed. São Paulo: Livraria Bertrand, 1968.

SARAIVA, José Antonio; Lopes, Óscar. **História da literatura portuguesa**. 7 ed. Lisboa: Porto, 1973.

SARAIVA, José Hermano. **História de Portugal**. 8 ed. Europa-América, Portugal, 2011.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Alexandre Herculano, o historiador**. Rio de Janeiro: Agir, 1964.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

## NOTAS

<sup>1</sup> Arqueologia Portuguesa (1841-1843) – Opúsculos – Tomo VI (Controvérsias e estudos Históricos – Tomo III, 1856) in SILVA,

Maria Beatriz Nizza da. Alexandre Herculano, o historiador, 1964, p. 17.

<sup>2</sup> Segundo Bakhtin (2002, p.168), pode-se classificar alguns romances como monológicos. Sabe-se que esse tipo de romance possui vários personagens, que são sempre veículos de posições ideológicas, para exprimir unicamente uma visão do mundo, uma ideologia dominante, a do próprio autor da obra; assim, embora nesses romances muitos personagens falem, todos eles exprimem a voz do autor.

<sup>3</sup> Prefácio de Vitorino Nemésio em Eurico, o Presbítero na edição que utilizamos para compor a dissertação de Mestrado.

<sup>4</sup> Introdução de O bobo (1843) in SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Alexandre Herculano, o historiador. Rio de Janeiro: Agir, 1964, p. 27.

<sup>5</sup> Referência à Carta Constitucional outorgada por D. Pedro de Bragança tinha como objetivo tornar o regime liberal mais moderado em suas formas representativas e garantir o estabelecimento de um forte Poder Executivo, onde o Rei teria poderes superiores ao do Poder Legislativo, representado pela Câmara dos deputados.

<sup>6</sup> Todos os Tomos utilizados neste trabalho terão suas datas descritas de acordo com a data de publicação do texto e não a data de

publicação do Opúsculo. Entendemos que utilizar a data de publicação do texto traz mais coerência aos ideais e pensamentos do autor de acordo com cada época. Não utilizamos todos os volumes no trabalho por não fazerem parte no nosso *corpus*; entretanto, vale salientar, a título de curiosidade, os nomes e datas dos outros livros: os Opúsculos datam de 1873 (primeiro volume – Tomo I e II – Questões Públicas); Tomo III (Controvérsias e Estudos Históricos – Tomo I) de 1856; Tomo IV (Questões Públicas – Tomo III) de 1879; Tomo V (Controvérsias e Estudos Históricos – Tomo II) de 1886; Tomo VI – Controvérsias e Estudos Históricos – Tomo III) de 1884; Tomo VII (Questões Públicas – Tomo IV) de 1898; Tomo VIII (Questões Públicas - Tomo V) de 1901; Tomo IX (Literatura – Tomo I) de 1889 e por fim, Tomo X (Questões Públicas – Tomo VI) sem data. Todos os arquivos extraídos dos textos digitalizados podem ser encontrados no site da Biblioteca Nacional Digital de Portugal. Endereço eletrônico: <http://purl.pt/718/3/>. Acesso entre Janeiro e Maio de 2016.

<sup>7</sup> A abreviação é da Revista Universal Lisbonense.

<sup>8</sup> O autor refere-se a sua obra História de Portugal.

<sup>9</sup> Não sabemos ao certo, pois o autor não o nomeia, qual seria o livro que ele menciona. Entretanto, pelo contexto, entendemos que poderia se tratar d'O bobo (que narra a formação do reino de Portugal); da História de Portugal volume I (trata da história de Portugal desde a pré-história até o reinado de Afonso Henriques); ou do Eurico (romance que narra a invasão árabe no século VIII, período em que reinava Theodomiro), pois estas três obras mencionam o período retratado no texto publicado no Opúsculo em questão.

Recebido em: 02-10-2016

Aprovado em: 20-02-2017

Publicado em: 12-03-2017